



CONCURSO PÚBLICO
Processo 21/2020 – CP – DLM

Aquisição de serviços de fiscalização para a empreitada:
“Museu da Língua portuguesa”

Outubro 2020

CADERNO DE ENCARGOS – CLAUSULAS TÉCNICAS



ÍNDICE

- II-1 Objecto do Concurso**
- II-2 Âmbito do Concurso**
- II-3 Organização e Meios do Adjudicatário**
 - II-3.1 Disposições Gerais**
 - II-3.2 Meios de Organização e Informática**
 - II-3.3 Meios Humanos**
 - II-3.4 Meios Materiais**
- II-4 Requisitos da Equipa Técnica**
- II-5 Sub adjudicatários e Tarefeiros**
- II-6 Cessão da Posição Contratual**
- II-7 Execução Simultânea de Outros Trabalhos da Mesma Natureza**
- II-8 Pessoal**
- II-9 Despesas e Encargos por Conta do Adjudicatário**
- II-10 Relatórios**
- II-11 Condições de Remuneração**
- II-12 Pagamentos**
- II-13 Revisão de Preços**



MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

II-1 Objecto da Prestação de Serviços

II-1.1 Trata-se da aquisição de serviços para a fiscalização, controle, planeamento e coordenação da segurança em fase de obra para a empreitada “Museu da Língua Portuguesa”

II-1.2 A empreitada “Museu da Língua Portuguesa” encontram-se em fase de formação do contrato da empreitada. Em anexo juntam-se, mapa de quantidade de trabalhos e algumas peças desenhadas em DWF da especialidade de arquitetura para que os concorrentes tenham uma noção da empreitada em causa. Toda a restante documentação será entre ao adjudicatário da prestação e serviços,

II-1.3 Do concurso público resultou o seguinte valor: “Museu da Língua Portuguesa”: 9.280.977,99€, acrescidos de IVA á taxa legal aplicável

II-1.4 Local da Prestação de Serviços

Fiscalização Residente

- ☐ No local das obras;
- ☐ No Departamento de Serviços e Obras Municipais

Equipa Técnica de Apoio

- ☐ Na sede do Adjudicatário;
- ☐ No Departamento de Serviços e Obras Municipais
- ☐ No local das obras.

II-1.5 Prazo da Prestação de Serviços

Prevê-se o início da prestação de serviços de fiscalização, de imediato à consignação e/ou entrega do PSS para respetiva aprovação e a sua conclusão após a prestação de serviços em obra que terá como prazo previsto para a finalização das obras 18 meses acrescidos de mais 2 meses para encerramento total em termos técnicos, administrativos e financeiros, resultando assim o prazo de 20 meses para a aquisição de serviços em causa (cerca de 600 dias), de acordo com o desenvolvimento das obras, em todas as suas especialidades, nos termos constantes nas Cláusulas Gerais deste Caderno de Encargos. Para além desse prazo é obrigação dos serviços de fiscalização a assistência complementar ao Dono da Obra, nas seguintes situações: Vistorias para efeitos de receções provisórias e definitivas das obras, com produção dos respetivos relatórios e autos: nos termos do ponto II-4.6 do caderno de encargos. O encerramento para lá do prazo indicado decorrerá sob responsabilidade da entidade adjudicatária da prestação de serviços, que deverá planear os trabalhos de modo a que o(s) empreiteiro(s) não se atrasem, salvo casos de força maior.



MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

II-2 Âmbito do Concurso

II-2.1.1 Os trabalhos que dizem respeito a este Caderno de Encargos, têm como objectivo e âmbito geral, a constituição e a gestão de um sistema de informação, fiscalização, controlo e planeamento, relativas à execução das obras do “Museu da Língua Portuguesa”, no âmbito da legislação em vigor e, do estabelecido no Caderno de Encargos e no Contrato.

II-2.1.2 O sistema de informação e controlo visa desenvolver, primordialmente, as seguintes áreas:

- a) Planeamento e coordenação geral das obras, a levar a efeito e, dos respectivos intervenientes;
- b) Planeamento e coordenação geral das empreitadas;
- c) Coordenação da segurança em fase de obra;
- d) Acompanhamento pormenorizado de todos os trabalhos realizados pelos empreiteiros; controlo de qualidade dos materiais e de execução dos trabalhos;
- e) Análise, controlo e previsão de tempo e prazos necessários;
- f) Acompanhamento e controlo das obras, do ponto de vista da sua execução financeira; verificando todas as modificações ou revisões orçamentais; procedendo à execução dos autos de medição; apreciando todas as facturas apresentadas pelos empreiteiros; elaborando a conta corrente da obra e, prevendo as futuras necessidades de “cashflow”, da obra.

II-2.1.3 Aos serviços de controlo e fiscalização, incumbe assegurar todos os contactos e diligências necessárias com a EDP, Município de Bragança, Portugal Telecom, Duriensegás entre outras, cujas atividades ou interesses, afectem ou possam afectar, a execução dos trabalhos.

II-2.1.4 Aos serviços de controlo e fiscalização incumbe verificar e controlar o exacto cumprimento do projecto e as suas alterações, do Contrato, do Caderno de Encargos, e dos Planos de Trabalhos em vigor, nomeadamente:

- a) Verificar a execução das obras, de acordo com as referências necessárias fornecidas aos empreiteiros;
- b) Verificar a exactidão ou o erro eventual das previsões dos projectos, em especial, e com a colaboração dos empreiteiros, no que respeita às condições do terreno, e das infra-estruturas existentes;
- c) Coordenação da segurança em fase de obra;
- d) Aprovar os materiais a aplicar;
- e) Aprovar os equipamentos a aplicar;
- f) Vigiar os processos de execução;
- g) Verificar as características dimensionais, estruturais e de materiais das obras;
- h) Verificar, em geral, o modo como são executados os trabalhos;
- i) Verificar a observância dos prazos estabelecidos;
- j) Proceder às medições necessárias dos autos e verificar o estado de adiantamento dos trabalhos.
- k) Proceder ao cálculo das revisões de preços;



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

- l) Averiguar se foram infringidas quaisquer disposições do contrato, das leis e regulamentos aplicáveis, nomeadamente as regras da contratação de subempreiteiros;
- m) Verificar se os trabalhos são executados pela ordem e, com os meios estabelecidos nos respetivos planos;
- n) Comunicar aos empreiteiros as alterações introduzidas no plano de trabalhos pelo dono da obra e, a aprovação das propostas pelos empreiteiros;
- o) Resolver, sempre que seja da sua competência, todas as questões que surjam ou lhe sejam postas pelos empreiteiros, e providenciar no que seja necessário para o bom andamento dos trabalhos, para a perfeita execução e segurança das obras e, facilidade das medições;
- p) Transmitir aos empreiteiros as ordens do dono da obra e fazê-las cumprir;
- q) Elaborar a conta da obra e relatório final, nos termos do art. 399º e 402.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, respectivamente;
- r) Elaborar notas técnicas ao Município de Bragança, com pareceres sobre todos os eventos com interesse (aprovação de preços, correcções de anomalias, aprovação de materiais, reclamações externas etc.);
- s) Elaborar relatórios mensais sobre o ponto da situação das obras;
- t) Promover reuniões semanais com elaboração das respetivas atas;
- u) Registar fotograficamente a evolução da obra;

II-2.1.5 Aos serviços de controlo e fiscalização, incumbirá ainda assegurar serviços de projecto que se tornem indispensáveis ao avanço normal dos trabalhos da empreitada, como sejam:

- a) Definição da sinalização provisória de obras, nos termos da legislação em vigor;
- b) Definição dos restabelecimentos provisórios das circulações viárias existentes;
- c) Definição dos restabelecimentos provisórios e definitivos das tubagens e cablagens existentes, bem como das respectivas ligações às redes públicas.
- d) Definição de projetos em parceria com os projetistas quando os projetos apresentados não se apliquem na prática e/ou em caso de dúvidas;
- e) Definição de projetos em parceria com o empreiteiro aquando da necessidade de preparação de obra.

II-3 Organização e Meios do Adjudicatário

II-3.1 Disposições Gerais

II-3.1.1 Compete ao Adjudicatário, o apetrechamento e obtenção de todos os meios humanos e materiais que sejam necessários à execução das acções a desenvolver no âmbito da fiscalização e controle da execução das obras, a coordenação da segurança em fase de obra, bem como o estabelecimento de todo o sistema de organização necessário, à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

II-3.1.2 Se o Município de Bragança, verificar que os meios utilizados pelo Adjudicatário são insuficientes ou mesmo inadequados à boa execução dos trabalhos da sua atribuição, poderá impor o seu reforço, incluindo a aquisição de meios materiais ou a administração de meios humanos, a sua modificação ou substituição.

II-3.2 Meios de Organização e Informática

II-3.2.1 Compete ao Adjudicatário, organizar e gerir integralmente todos os sistemas que considere necessários para atingir os objectivos e realizar as tarefas descritas, a fim de garantir que as obras sejam realizadas com o nível máximo de qualidade, segurança e de acordo com o plano e programa estabelecido, quer físico quer financeiro.

II-3.2.2 O Adjudicatário deverá dar especial atenção a todas as tarefas relacionadas com o controlo, coordenação e planeamento da empreitada. Em conformidade deverá adoptar os meios de organização adoptados a esta preocupação.

II-3.3 Meios Humanos

II-3.3.1 A mobilização e selecção de todos os meios humanos necessários para a execução dos trabalhos a cargo do adjudicatário, são da sua inteira responsabilidade.

II-3.3.2 A constituição da equipa do pessoal do Adjudicatário para a fiscalização, será a que melhor se adapte às necessidades e desenvolvimento das acções previstas no presente Caderno de Encargos, integrando as categorias e classes profissionais necessárias, devendo no mínimo, ter a seguinte composição:

- a) Arquitecto(a) (Chefe Coordenador da Fiscalização): Um;
- b) Engenheiro Civil (Chefe Coordenador da Fiscalização): Um;
- c) Fiscal (Encarregado): Um;
- d) Técnico superior de higiene e segurança no trabalho (Coordenador da segurança): Um;
- e) Equipa Técnica de Apoio, de acordo com a Cláusula II-4.4.

OBS.1 –Alerta-se que o Engenheiro Civil (Chefe Coordenador da Fiscalização) não poderá desempenhar funções de Técnico superior de higiene e segurança no trabalho (Coordenador da segurança), no entanto não é obrigatório que este último seja Eng.º Civil.

OBS.2 – A Câmara Municipal fará a articulação com a equipa de fiscalização através de quadro próprio.

OBS.3 – O Engenheiro Civil apresentado na proposta não poderá em circunstância alguma, ser substituído, a não ser em situação devidamente justificada e fundamentado carecendo de aprovação da entidade adjudicante.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

II-3.3.3 Para a elaboração do cronograma de mobilização de pessoal, o Adjudicatário deverá ter em atenção as actividades de construção que deverão ser fiscalizadas; os horários de trabalho e o plano de trabalhos das obras.

II-3.3.4 Sempre que por motivo de doença, férias ou outro, seja necessária a substituição de qualquer elemento da equipa que foi proposta pelo Adjudicatário, este submeterá de imediato à apreciação da Município de Bragança, a sua substituição por elemento da mesma categoria e classe profissional e experiência equivalente ou superior.

II-3.3.5 O Município de Bragança, reserva-se no direito de ordenar que seja retirado dos serviços a cargo do Adjudicatário, qualquer elemento do seu pessoal que não tenha aptidões para as funções que ocupa ou, haja desrespeitado os agentes do Município de Bragança, seus colaboradores ou quaisquer intervenientes na obra ou ainda, tenha provocado indisciplina no desempenho dos seus deveres. A ordem deverá ser fundamentada por escrito, quando o Adjudicatário assim o exigir, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal indicado.

II-3.4 Meios Materiais

II-3.4.1 Todos os meios necessários ao controle e registo de qualidade, dados e equipamentos topográficos e outros dados e equipamentos técnicos da obra, controle de produção, meios de transporte, tratamento informático, etc., são da responsabilidade do Adjudicatário, incluindo a sua aquisição, manutenção e exploração.

II-3.4.2 A expressa indicação neste Caderno de Encargos dos meios indispensáveis ao Adjudicatário, não o desobriga a apetrechar-se com o outro equipamento que se veja a verificar necessário e em quantidade suficiente e bom estado de funcionamento, de modo a garantir uma boa qualidade, bem como a qualquer momento, vir a reforçá-la.

II-3.4.3 Instalações: Os empreiteiros das obras deverão garantir o fornecimento das instalações para a Fiscalização, bem como as respectivas ligações de águas, esgotos, energia e telefones.

II-3.4.4 Meios de transporte: O Adjudicatário deverá colocar ao serviço, os meios de transporte necessários para aos técnicos de fiscalização em obra, competindo-lhe igualmente assegurar a sua exploração e manutenção. Estes meios de transporte devem ser adequados e suficientes para as funções a que se destinam.

II-3.4.5 Materiais e equipamentos de escritório, de desenho, de representação, de arquivo e de consumo corrente serão da responsabilidade do Adjudicatário, no que se refere à sua aquisição e exploração.



MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

II-3.4.6 Meios informáticos: O Adjudicatário deverá dispor de um sistema informático, de modo a cumprir as tarefas indicadas neste Caderno de Encargos.

II-3.4.7 Meios topográficos: O equipamento de topografia a utilizar pelo Adjudicatário deverá ter características adequadas às exigências do Caderno de Encargos da obra e, ser em quantidade suficiente para a verificação e controlo dos trabalhos, em tempo oportuno.

II-4 Requisitos da Equipa Técnica

II-4.2 Parcela A (Arquiteto(a) - Chefe Coordenador da Fiscalização)

O chefe da equipa de fiscalização deverá ser licenciado em Arquitetura, e possuir experiência, na direcção/fiscalização de obras de construção civil em geral e de edifícios, em específico.

II-4.2 Parcela B (Engenheiro(a) Civil - Chefe Coordenador da Fiscalização)

O chefe da equipa de fiscalização deverá ser licenciado em Engenharia Civil, e possuir experiência, na direcção/fiscalização de obras de construção civil em geral e de edifícios, em específico.

II-4.3 Parcela C (Fiscal - Encarregado)

O técnico fiscal deverá possuir experiência, em obras de construção civil em geral e de edifícios, em específico.

II-4.4 Parcela D (Técnico de HST - Coordenador da segurança)

O técnico responsável pela coordenação de segurança em fase de obra, deverá ser um técnico superior e técnico de segurança nível 6.

II-4.4 Parcela E (Equipa Técnica de Apoio)

II-4.4.1 A equipa técnica de apoio deverá ser constituída de forma adequada, de modo a garantir atempadamente todos os serviços acessórios ou complementares de controlo e fiscalização de todas as especialidades e, nomeadamente:

- ☐ Planeamento;
- ☐ Coordenação de segurança;
- ☐ Topografia;
- ☐ Informática;
- ☐ Apoio Administrativo;
- ☐ Medições em obra (cálculo e texto);
- ☐ Revisões de preços (cálculo e texto);
- ☐ Assessoria técnica aos trabalhos das várias especialidades;

II-4.4.2 Além das tarefas indicadas na alínea anterior, competirá à “Equipa Técnica de Apoio”:



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

- ❑ Assessorar o Coordenador da Fiscalização, no que diz respeito ao controlo dos trabalhos da empreitada, em função do plano de trabalhos aprovados;
- ❑ Apreciar o plano de trabalhos da empreitada no seu conjunto e, por frentes de trabalho;
- ❑ Proceder ao controlo financeiro da empreitada, tendo em vista o rigoroso cumprimento dos “plafonds” definidos pela Município de Bragança, fundamentalmente do ponto de vista da gestão financeira da mesma, (trabalhos a mais, trabalhos a menos, alterações do projecto que sejam pertinentes, etc.). Manter permanentemente actualizada toda a informação referente à “conta corrente” da empreitada;
- ❑ Propor o reforço, alteração ou substituição dos meios humanos ou materiais empregues pelo empreiteiro, sempre que se verifiquem atrasos no cumprimento do Plano de Trabalhos;
- ❑ Assessoria técnica aos trabalhos das várias especialidades;
- ❑ Realização de projetos necessários ao bom e correto desenvolvimento de obra.

II-4.4.3 O adjudicatário deverá, em sede de adjudicação e/ou celebração de contrato, indicar o local de trabalho concreto dos elementos da equipa técnica de apoio (com o necessário detalhe), adstrita à prestação de serviços em causa, para que o Município de Bragança, possa em caso de necessidade, em termos eficazes, solicitar o apoio técnico que lhes compete e pelo qual vão ser pagos mensalmente.

II-4.5 Parcela F (Meios Materiais)

Os “Meios Materiais” compreenderão todos os encargos descritos em II-3.4.

II-4.6 Parcela G (Assistência Complementar)

Esta parcela compreende a assistência complementar ao Dono da Obra, nas seguintes situações:

- ❑ Vistorias para efeitos de recepções provisórias e definitivas das obras, com produção dos respectivos relatórios e autos.

A assistência durante o período de garantia das obras, será balizada nos seguintes termos:

- ❑ Assistência regular às obras nos dois primeiros meses seguintes à Recepção Provisória da Empreitada;
- ❑ Verificação do estado das obras e emissão de notas técnicas acerca das eventuais correcções de deficiências detectadas nas recepções provisórias das obras e, que o Adjudicatário execute posteriormente àqueles actos;
- ❑ Vistorias técnicas, com intervalos de um ano, para detecção de eventuais deficiências nas obras, até à receção definitiva.

II-5 Sub-adjudicatários e tarefeiros

II-5.1 A responsabilidade pela correcta execução de todos os trabalhos incluídos no contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do Adjudicatário e só dele, salvo no caso de trespasse



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

parcial devidamente autorizado, não reconhecendo o Município de Bragança, senão para os efeitos indicados na Lei ou neste Caderno de Encargos, a existência de quaisquer sub adjudicatários ou tarefeiros que trabalhem por conta ou, em combinação com o Adjudicatário.

II-5.2 Caso o Adjudicatário, por razões de natureza excepcional, necessite realizar qualquer parte dos trabalhos por sub adjudicação ou por tarefa, requererá previamente a competente autorização ao Município de Bragança, indicando o subadjudicatário ou tarefeiro a que pretende recorrer, fazendo acompanhar tal solicitação dos elementos comprovativos e esclarecedores da necessidade invocada e da capacidade e competência do subdjudicatário ou tarefeiro que propõe.

II-5.3 Ao Município de Bragança reserva-se o direito de aceitar, ou não, a utilização de subarrendatário ou tarefeiro propostos, segundo o estipulado em II-5.2, sem ter de justificar tal resolução, não acarretando a aceitação do Município de Bragança, a diminuição da responsabilidade do Adjudicatário, tal como se encontra definida no presente Caderno de Encargos, e designadamente na cláusula II-5.1.

II-5.4 O requerimento a que se refere a cláusula II-5.2 deverá ser acompanhado além dos elementos aí mencionados, por uma declaração, com assinatura reconhecida, do subadjudicatário ou tarefeiro, em que este refere que está perfeitamente inteirado da parte dos trabalhos a realizar e, de todo o estipulado neste Caderno de Encargos;

II-5.5 O Município de Bragança reserva-se o direito de ordenar que seja retirado dos serviços cometidos ao Adjudicatário, qualquer elemento do seu pessoal que haja desrespeitado os agentes da Município de Bragança., seus colaboradores ou quaisquer outros intervenientes na obra ou, ainda, quem provoque indisciplina no desempenho dos seus deveres. A ordem deverá ser fundamentada por escrito, quando o Adjudicatário o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal indicado.

II-6 Cessão da Posição Contratual

II-6.1 O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos ou obrigações decorrentes do contrato, sem autorização da entidade Adjudicante.

II-6.2 Para efeitos de uma eventual autorização da cessão, deverá a entidade cessionária, apresentar junto do Município de Bragança toda a documentação exigida ao adjudicatário, de acordo com o respectivo procedimento.

II-6.3 Antes de qualquer autorização, O Município de Bragança deverá apreciar se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas na declaração prevista no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, bem como, se o mesmo possui as habilitações profissionais e as



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

capacidades financeira e técnica, capazes de vir a assegurar o exacto e pontual cumprimento do contrato.

II-6.4 O cessionário deverá ainda apresentar junto da entidade adjudicante, uma declaração por escrito, com assinatura reconhecida notarialmente, em como declara encontrar-se perfeitamente inteirado da totalidade dos trabalhos a realizar e, de todo o estipulado neste Caderno de Encargos.

II-7 Execução Simultânea de Outros Trabalhos da Mesma Natureza

II-7.1 O Município de Bragança reserva-se o direito de executar ou mandar executar por outrem, sem prejuízo do andamento normal do contrato, quaisquer trabalhos, sejam de projectos, fiscalização ou outros, ainda que de natureza idêntica aos que estejam a cargo do Adjudicatário. A execução destes trabalhos, será exercida, sempre após prévio conhecimento do Adjudicatário.

II-8 Pessoal

II-8.1 O Adjudicatário é o responsável pelas obrigações relativas ao seu pessoal empregado na execução dos trabalhos de fiscalização, pela sua boa aptidão profissional e disciplinar.

II-8.2 O Adjudicatário obriga-se a praticar um horário de trabalho idêntico ao horário praticado pelos empreiteiros das obras de construção civil. Neste horário, deverão estar permanentemente na obra os encarregados fiscais, os chefes coordenadores da fiscalização e o técnico coordenador de segurança, nos termos referidos neste Caderno de Encargos.

II-8.3 As taxas para o trabalho normal e os recursos propostos, reportam-se ao horário de 40 horas de trabalho semanal da Indústria da Construção Civil. No caso de o Empreiteiro vir a praticar outro horário ou, passar a trabalhar em regime de turnos ou trabalho extraordinário, não haverá lugar a remuneração suplementar do pessoal da Equipa de Fiscalização, tendo esta o dever de fiscalizar normalmente os trabalhos.

II-8.4 O Adjudicatário obriga-se ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho e medicina no trabalho, relativamente a todo o seu pessoal, sendo da sua conta os encargos que daí resultem.

II-8.5 O Adjudicatário é obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do seu pessoal e, prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente ou de doença profissional.

II-8.6 O Adjudicatário ficará responsável, relativamente à actividade profissional do seu pessoal, pelo pagamento de todos os encargos sociais legalmente fixados.



MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

II-8.7 O Adjudicatário obriga-se a efectuar o seguro do seu pessoal empregue nos serviços da fiscalização da obra, em conformidade com o disposto nas cláusulas deste Caderno de Encargos e Programa de Concurso.

II-8.8 As apólices de seguro cobrirão os acidentes de trabalho e doenças profissionais, devendo nelas constar uma cláusula pela qual, a entidade seguradora se compromete a mantê-las válidas até à conclusão efectiva dos trabalhos. Em caso de impossibilidade de cumprimento por denegação no decurso do prazo, a sua validade só deverá terminar trinta dias, após ter sido comunicado ao dono da obra e após renúncia deste último.

II-8.9 As condições estabelecidas na cláusula anterior abrangem igualmente o pessoal dos subadjudicatários, tarefeiros que trabalhem nos serviços de fiscalização da obra, bem como os eventuais consultores que venham a ser agregados, mesmo que em tempo restrito, respondendo o Adjudicatário perante o Dono da Obra pela sua observância.

II-8.10 O Adjudicatário obriga-se ainda a segurar os meios de transporte que sejam empregues na fiscalização da obra, bem como todo o pessoal neles transportado na qualidade de passageiros.

II-8.11 Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efectuada pela seguradora, a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, será da conta do Adjudicatário.

II-9 Despesas e Encargos Sociais por Conta do Adjudicatário

II-9.1 Correm por conta do Adjudicatário, todas as despesas com a elaboração da proposta, prestação de caução e celebração do contrato.

Serão igualmente encargos do adjudicatário, as seguintes despesas:

- ☐ Encargos sociais legalmente fixados;
- ☐ Equipamento de protecção individual dos elementos da equipa de fiscalização;
- ☐ Seguro de acidentes de trabalho e de doenças profissionais dos elementos da equipa de fiscalização.

II-9.2 Para todos os efeitos, consideram-se estes encargos incluídos no preço global apresentado pelo adjudicatário, na rubrica “Meios Materiais”.

II-10 Relatórios

II-10.1 O Adjudicatário deverá fornecer à Município de Bragança, mensalmente, um relatório da situação de cada obra, que caracterize o desenvolvimento dos trabalhos, com o detalhe mínimo seguinte:



MUNICIPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

- a) Actividade desenvolvida no período;
- b) Mapas de produção por artigo e por actividade;
- c) Meios (mecânicos e humanos) utilizados pelo empreiteiro;
- d) Controlo de produção:
 - No período (por actividade);
 - Global (por actividade);
- e) Controlo de qualidade - ensaios realizados, resultados e verificações de conformidade dos trabalhos e materiais.
- f) Controlo financeiro:
 - Facturação e revisão de preços;
 - No período por actividades;
 - No período por frentes de obras;
 - Controlo Global;
- g) Apreciação do andamento dos trabalhos e medidas a propor para correcção de eventuais desvios.
- h) Apreciação das condições de segurança da obra e percursos envolventes.
- i) Medidas de sinalização e desvio de trânsito e respectivos resultados.

II-10.2 O Adjudicatário deverá igualmente fornecer as Notas Técnicas referentes aos eventos mais importantes e, sempre que seja solicitado pelo Dono da Obra.

II-11 Condições de Remuneração

II-11.1 O preço proposto pelo Adjudicatário, na sua proposta, para a fase da prestação de serviços relativa ao controlo e fiscalização da empreitada, é entendido, para todos os efeitos, como um preço global fixo, como se tratasse de uma empreitada em regime de “preço global”.

As taxas mensais e as taxas globais adiante referidas, manter-se-ão fixas até ao encerramento administrativo e financeiro, da empreitada e ao complemento da prestação de serviços de fiscalização;

II-11.2 As taxas fixas mensais por obra dizem respeito ao custo da actividade da fiscalização propriamente dita e são definidas como se segue:

- A) Arquitecto(a) Coordenador da Fiscalização.....€/mês;
- B) Eng. Civil Coordenador da Fiscalização.....€/mês;
- C) Técnico Fiscal da Empreitada.....€/mês;
- D) Coordenador da segurança em fase de obra€ / mês;
- E) Equipa Técnica de Apoio€/mês;
- F) Meios Materiais€/mês;

Total Mensal Fixo €/mês;



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Estas taxas incidem sobre o número total de meses compreendidos entre a consignação e/ou apresentação do PSS da empreitada e ao encerramento administrativo e financeiro das obras.

G) Valor global para assistência complementar ao Dono da Obra.....€/mês.

Estas taxas incidem sobre as Vistorias técnicas (podendo ser discutido uma percentagem por vistoria conforme II-4.6 deste caderno de encargos, ou será apenas todo pago após a vistoria definitiva)

II-12 Pagamentos

II-12.1 Os pagamentos ao Adjudicatário serão efectuados em mensalidades iguais, ao longo do prazo de execução das empreitadas, através da aplicação das taxas fixas mensais, constantes na proposta do Adjudicatário e referidas em II-11.2, sem prejuízo do pagamento na altura devida das taxas constantes da parcela **G**.

II-12.2 O início da actividade da fiscalização propriamente dita e a que dizem respeito as taxas mensais, coincidirá com o início da prestação de serviços, ou seja com a consignação ou entrega para análise do PSS. O seu termo coincidirá com o encerramento administrativo e financeiro da empreitada, sem prejuízo da assistência complementar (parcela **G**), na parte que lhe diga respeito, após as recepções provisórias, de acordo com a cláusula II-4.5 deste Caderno de Encargos.

II-12.3 Os pagamentos ao Adjudicatário serão efectuados mediante a apresentação de facturas, acompanhadas dos elementos justificativos que deverão ser apresentados até ao dia 15 de cada mês, depois de deduzidos, e liquidados nos 60 dias seguintes.